



TERMO DE REFERÊNCIA

Em conformidade com a Lei Federal de n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), o termo de referência é documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinados a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação.

O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, devendo seguir o que disciplina a legislação, em especial, o que dispõe o artigo 6º da nova lei, conforme se segue:

1. OBJETO

Tem como objeto a Contratação da base de dados Goshme Soluções para internet LTDA (Jusbrasil) por inexigibilidade de licitação de modo a atender a legislação em regência.

A contratação irá auxiliar os defensores e assessores quando da confecção das peças processuais, a exemplo de consultas a serem realizadas na jurisprudência do país, artigos e periódicos.

A contratação irá atender todos os núcleos de atuação da defensoria pública, independentemente da área de atuação o que o diferencia de outros sistemas, os quais são restritos por área do direito.

2. JUSTIFICATIVA / CONTEXTUALIZAÇÃO e OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, tem, entre suas atribuições, disponibilizar aos defensores públicos



ferramentas que possam ser utilizadas de modo a auxiliar a pesquisa institucional de doutrina e jurisprudência junto a todos os tribunais do país, além de permitir que as consultas sejam realizadas dentro de um único sistema, otimizando assim o caráter excepcional dos serviços dentro de um único banco de dados, e com isso, subsidiar e assim, instruir as peças processuais quando da confecção com jurisprudência atualizada, além de permitir que os defensores tenham acesso ao conteúdo das sentenças e acórdãos em sua íntegra.

Dentre as plataformas pesquisadas, a Jusbrasil se destacou como sendo a única plataforma de pesquisa jurídica que permite a realização de consultas dentro de uma só base aos mais diversos ramos do direito, tendo esse diferencial em relação a outras plataformas, que apenas permitem a consulta a um determinado nicho do direito, o que não atenderia os interesses e as necessidades dos mais diversos núcleos de atuação da defensoria pública, haja vista a sua amplitude de atuação.

Além disso, é a plataforma mais conhecida do Brasil, uma vez que oferece uma gama de ferramentas que facilitam a pesquisa de jurisprudência, acompanhamento em diários oficiais, além de acessar inúmeros livros, artigos e periódicos, sendo assim, a contratação da base de dados Goshme Soluções para internet LTDA (Jusbrasil) fundamental para o desenvolvimento das atividades, e única empresa a prestar esse tipo de serviço em vários ramos do direito.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A descrição dos serviços consiste:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT / USUÁRIOS	VALOR
1	Contratação de serviço especializado, visando o acesso ilimitado a todo o conteúdo da plataforma, a exemplo de consultas, a cópia de decisões judiciais (sentença / acórdão), download de jurisprudência, diários oficiais, modelos e	Serviço	100	R\$ 28.008,00

[assinatura]



peças, leitura de revista dos tribunais, busca por conteúdo dentro das obras, além de acompanhamento e consultas.			
---	--	--	--

3.1. Não está previsto no Plano de Contratação anual de 2024 da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A Contratação quando das consultas junto a plataforma serão realizadas através de acessos, os quais, serão disponibilizados através de autenticação via login e senha no site Jusbrasil e disponibilizados aos defensores publicos estaduais.

Todo o conteúdo estará disponível imediatamente, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período. As atualizações periódicas feitas pela Goshme Soluções para internet LTDA (Jusbrasil) incorporam-se ao conteúdo contratado automaticamente.

O número de acessos a serem contratados se justifica em razão do quantitativo de defensores públicos, assessores, servidores e estagiários lotados e designados junto aos respectivos núcleos de atuação da defensoria e de cada defensor.

5. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A licitação é inexigível, com base no art. 74, I da Lei 14.133/2021, uma vez que a competição é inviável, por se tratar de um serviço especializado, prestado exclusivamente pela Goshme Soluções para internet LTDA (Jusbrasil) em relação a outras empresas do mercado.

Não há, portanto, como existir qualquer forma de competição, pois é pressuposto para tal que existam concorrentes que possam oferecer o mesmo objeto e a mesma gama de serviços, o que não se verifica no mercado em relação a eventuais concorrentes, uma vez que o serviço



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA**



prestado é de caráter de exclusivo para vários nichos do direito, quando comparado a outras plataformas que presta o serviços por nicho (área) do direito.

Além disso, o preço dos serviços quando da pesquisa de mercado em relação a número de acessos a outras plataformas, mesmo que, repita-se, com acessos limitados por nicho do direito, se mostraram elevados e custosos, o que iria de encontro ao princípio da economicidade, conforme, inclusive, integra os anexos ao presente termo de referência.

Portanto, a licitação é inexigível.

6. VALOR DA CONTRAÇÃO

DESCRIÇÃO	PERIODICIDADE	ACESSO	VALOR
Jusbrasil AnualPesquisa JurídicaAvança da	Acesso imediato atodo o conteúdo pelo período de 12(doze) meses	Login e senha (100 usuários)	R\$ 28.008,00

7. PAGAMENTO

A despesa decorrente da contratação correrá à conta de recursos próprios da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, os quais serão discriminados na nota de empenho, sendo o pagamento realizado em parcela única, uma vez que objeto da contratação é entregue na sua totalidade de forma imediata e de modo a atender a vigência dos serviços a serem prestados.

8. ENTREGA

O prazo de entrega do objeto é de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho. Por se tratar de uma



base de dados de acesso online, o prazo de entrega se refere à disponibilização integral do conteúdo contratado, em pleno funcionamento, para acesso online pelos usuários (defensores, assessores, servidores e estagiários lotados na defensoria).

9. FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do contrato, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal a ser designado pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 . São obrigações da CONTRATADA:

- I - Disponibilizar os serviços;
- II - Manter a qualidade do serviço a ser prestado;
- III - Cumprir os prazos estabelecidos;
- IV - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços sem prévia anuência da Defensoria Pública do Estado da Paraíba;
- V - Manter, durante toda a execução dos serviços, todas as condições contratuais;
- VI - Emitir Nota Fiscal/Fatura para pagamento dos valores devidos.

10.2. São obrigações da Defensoria Pública do Estado da Paraíba:

- I - Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, que venham a ser solicitadas pela empresa prestadora dos serviços;



- II - Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços;
- III - Efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura da empresa prestadora dos serviços;
- IV - Fornecer todas as informações necessárias à identificação dos/as servidores/participantes.

11. ANEXOS

Em anexo, constam a proposta da empresa e documentos auxiliares para comprovação da compatibilidade do preço, da exclusividade do serviços, bem como, também, outras contratações por parte de outros órgãos que firmaram o serviço através de inexigibilidade.



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA**



Proposta Jusbrasil



Defensoria Pública da Paraíba

Proponente

Razão social: Goshme Soluções para Internet LTDA

Nome fantasia: Jusbrasil

CNPJ: 07.112.529/000146

Inscrição estadual: Isento

Inscrição municipal: 250.883/001-13

Endereço: Av Tancredo Neves, nº 1186, ed. Catabas Center, 6º andar, Salvador, BA - Caminho das árvores. CEP 41820-021

Considerando que:

I. O Jusbrasil é titular da plataforma "Jusbrasil" (<https://www.jusbrasil.com.br/>) que, dentre outros, otimiza o acesso da população em geral a conteúdo jurídico, incluindo advogados e profissionais do direito, além de disponibilizar informações jurídicas públicas referentes à legislação e ao judiciário brasileiro.

II. A/O Defensoria Pública da Paraíba realizou análise de mercado com o objetivo de avaliar a viabilidade de realizar contratação direta na modalidade escolhida, dispensa ou inexigibilidade, conforme art. 74 e 75 da Lei 14.133 ou art. 24 e 25 da Lei 8.666/93.

Segue Proposta Comercial visando apresentar nossos produtos e orçamento para a prestação de serviços.

Descrição do produto

O Jusbrasil para multiusuários oferece dois planos corporativos que dão acesso aos documentos da seção de Jurisprudência, Diários Oficiais, Modelos e Peças, e uso de obras do Jusbrasil Doutrina, conforme plano escolhido.

Possui dois modelos de venda/assinatura: Assinatura mensal através do cartão de crédito, realizada diretamente no site; ou Assinatura anual ou bianual, com pagamento através do boleto e descontos especiais proporcionais ao número de usuários adquiridos.

Os planos para multiusuários do Jusbrasil atendem as necessidades de escritórios de advocacia/empresas privadas e órgãos governamentais/empresas públicas que necessitam de uma quantidade maior de usuários atrelado a um mesmo pagamento.

O acesso é feito por login e senha no site do Jusbrasil (<https://www.jusbrasil.com.br/>), determinados pelo adquirente e/ou pelos usuários indicados. A equipe Jusbrasil se encarrega de habilitar as funcionalidades para os usuários solicitados em conjunto com o usuário administrador, profissional responsável por realizar a gestão de contas por parte do adquirente, que deverá ser indicado quando da contratação.



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA**



Proposta Jusbrasil



Cada acesso/usuário é individual, contempla um único usuário e é intransferível, não sendo permitido o compartilhamento de login (veja mais detalhes em nossos [Termos de Uso](#)).

Detalhamento do Produto e Vantagens

Os planos para multiusuários do Jusbrasil adicionam **inteligência e praticidade** à sua rotina ao facilitar as tarefas do dia a dia de sua instituição, e com isso você consegue:

Economia de tempo: oferecemos um repositório único com todas as informações que você e sua equipe precisam para criar argumentações eficientes em menos tempo;

Aumento de produtividade: encontre as informações jurídicas certas para sua busca, de forma fácil e rápida, em um só lugar;

O acervo mais completo de Jurisprudência: cópias ilimitadas de decisões, acórdãos e ementas já formatadas e prontas para utilizar em suas argumentações. Além de copiar, você também poderá fazer o download dos documentos anexos. São mais de 560 sistemas de tribunais e 40 milhões de ementas ao seu dispor!

Modelos para facilitar o seu dia a dia: aposte no que já deu certo! Com uma simples busca, você encontra, copia e faz o download de modelos validados pela maior comunidade jurídica do mundo. São mais de 100 mil petições, contestações e procurações disponíveis para acesso;

Tenha as melhores referências de peças: as peças processuais disponibilizadas no Jusbrasil são ótimos documentos que podem ser utilizados como referência para a escrita de petições e elaboração de teses, consulta de fundamentos e entendimento de argumentos e conceitos jurídicos aplicados em casos reais que são trazidos nas peças, além de possibilitar o estudo da estratégia das partes.

✓ **Acervo:** Mais de 60 milhões de peças;

✓ **Fontes:** 34 fontes (incluindo STJ, STF e TST).

Busca em Diários Oficiais: contém todas as publicações relacionadas aos Diários da União, dos Estados e dos Municípios. São 363 diários oficiais disponíveis para pesquisar, navegar pelas páginas e realizar o download.

A abrangência das buscas segue a descrição a seguir:

- ✓ **DOU:** todas as seções de 1890-2023
- ✓ **DJU:** seções 1, 2 e 3 de 2004-2007
- ✓ **Legislação:** 1870-2023
- ✓ **Consulta processual:** todos os TJs, TRTs, TRFs e superiores



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA**



Proposta Jusbrasil



Reunimos mais de 110 milhões de julgados e milhares de súmulas, de 98 sistemas de tribunais e com ementa pré-formatada para citação. A busca inteligente entende sinônimos, destaca julgados qualificados e traz primeiro o que é mais relevante. As jurisprudências são referente aos Tribunais listados abaixo:

- | | |
|---------------------------|----------------------------|
| ✓ Jurisprudência do STF | ✓ Jurisprudência do TRF-5 |
| ✓ Jurisprudência do STJ | ✓ Jurisprudência dos TREs |
| ✓ Jurisprudência do TSE | ✓ Jurisprudência dos TRTs |
| ✓ Jurisprudência do TST | ✓ Jurisprudência dos TJs |
| ✓ Jurisprudência do STM | ✓ Jurisprudência do TCE-BA |
| ✓ Jurisprudência do TNU | ✓ Jurisprudência do TCE-MG |
| ✓ Jurisprudência do CNJ | ✓ Jurisprudência do TCE-MS |
| ✓ Jurisprudência do TCU | ✓ Jurisprudência do TCE-PE |
| ✓ Jurisprudência do TRF-1 | ✓ Jurisprudência do TCE-PR |
| ✓ Jurisprudência do TRF-2 | ✓ Jurisprudência do TJM-MG |
| ✓ Jurisprudência do TRF-3 | ✓ Jurisprudência do TJM-SP |
| ✓ Jurisprudência do TRF-4 | |

Também disponibilizamos um acervo amplo e organizado com uma busca precisa para otimizar a sua pesquisa de Leis, Códigos e Decretos de todo país.

Biblioteca jurídica completa: o Jusbrasil Doutrina possui mais de 1200 obras disponíveis e possibilita o cruzamento eficiente entre uma informação curada e de altíssima qualidade produzida pelos principais autores e autoras do mundo do Direito e os demais artefatos disponíveis no site, tais como legislação, jurisprudência, peças, artigos e notícias.

Com o Jusbrasil Doutrina, é possível realizar uma busca granular em todos os livros de Direito disponíveis na plataforma de uma única vez, e encontrar exatamente o trecho que melhor responde àquela consulta, sem que seja necessário consumir todo o conteúdo, uma obra de cada vez.

Planos

Oferecemos três tipos de planos:

Pesquisa Jurídica Básica: permite a consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças.

Pesquisa Jurídica Avançada: permite a consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças, assim como a leitura de obras da Revista dos Tribunais, a busca por conteúdo dentro das obras e a cópia de referências com formatação ABNT.

Processos: acompanhamento e consulta de até 5 processos, acesso aos autos, notificações por e-mail sobre novas movimentações.



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA



Proposta Jusbrasil



Pacotes Jusbrasil para Organizações

PACOTE CORPORATIVO

- Pagamento via boleto ou transferência bancária
- Ambiente de gestão de contas e relatórios de uso
- Gerente de contas exclusivo
- Plano: **Pesquisa Básica + Processos**
 - Consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças;
 - Acompanhamento e consulta de até 5 processos, acesso aos autos, notificações por e-mail sobre novas movimentações.

100 usuários no boleto anual: de R\$ 70.680,00 por **R\$ 42.408,00 (40% de desconto);**

- Plano: **Pesquisa Básica**
 - Consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças;

100 usuários no boleto anual: de R\$ 46.680,00 por **R\$ 28.008,00 (40% de desconto);**

- Plano: **Pesquisa Avançada + Processos**
 - Consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças;
 - Leitura de obras da Revista dos Tribunais, a busca por conteúdo dentro das obras e a cópia de referências com formatação ABNT;
 - Acompanhamento e consulta de até 5 processos, acesso aos autos, notificações por e-mail sobre novas movimentações.

100 usuários no boleto anual: de R\$ 101.880,00 por **R\$ 56.034,00 (45% de desconto);**

- Plano: **Pesquisa Avançada**
 - Consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças;
 - Leitura de obras da Revista dos Tribunais, a busca por conteúdo dentro das obras e a cópia de referências com formatação ABNT;

100 usuários no boleto anual: de R\$ 83.880,00 por **R\$ 46.134,00 (45% de desconto);**

Forma de pagamento: Boleto no valor anual/bianual. Declaramos que todos os impostos, tribos e demais gastos estão incluídos.

Atenção: os valores e descontos apresentados permanecem até a data de validade da proposta, sendo passíveis de alteração posteriormente.



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA



 Jusbrasil

Proposta Jusbrasil

Responsável

Nathan Lana - nathan.lana@jusbrasil.com.br
Representante Comercial

Validade da proposta: 45 dias

quinta-feira, 18 de abril de 2024

Ao aceitar a presente proposta, você declara que leu e concorda com os Termos de Uso e com a Política de Privacidade da Jusbrasil.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

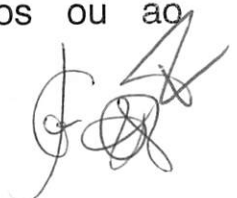
Declaramos que há disponibilidade orçamentária e financeira para atender as despesas estimadas em questão.

12.1. O contrato será substituído pela Nota de Empenho, visto que essa contratação tem valor inferior ao teto das dispensas de licitação. Entendimento firmado pelo DESPACHO N. 051/2022/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, Instrução Normativa 21 de 01 de Junho de 2022.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao





interesse coletivo;

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

13.2.2. Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA**



superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, como consequente descredenciamento junto aos sistemas de controle pelo prazo de até cinco anos;

13.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.2.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
2	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA**



Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
4	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico ou do Contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

13.3. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis, nos termos da legislação em regência.

13.4. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

João Pessoa, 02 de maio de 2024.


Jacqueline Chacon de Almeida
Equipe de Planejamento e Contratação


Ricardo de Almeida Fernandes
Equipe de Planejamento e Contratação


Jackson de Oliveira Fernandes
Equipe de Planejamento e Contratação